

OBJETO ETNOGRÁFICO COMO DOCUMENTO E INFORMAÇÃO

Lena Vania Ribeiro Pinheiro*
Alegria Benchimol**

RESUMO

Análise dos conceitos de documento e informação para a compreensão dos atributos e funções do objeto etnográfico, no processo de disseminação e transferência de informação, caracterizando-o como documento portador de informação a partir da fundamentação teórica da Ciência da Informação. A pesquisa, de natureza teórico-documental, mostra a evolução do conceito de documento e sua expansão para um significado mais abrangente permitindo assim compreender o objeto etnográfico como documento portador de informação intrínseca e extrínseca.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Museologia. Objeto Etnográfico. Documento. Informação.

1 INTRODUÇÃO

O objeto etnográfico como foco de interesse das Ciências Humanas ou Sociais é interdisciplinar na medida em que para a sua melhor compreensão dialogam a Etnologia, a Antropologia, História e Museologia, disciplinas mais frequentemente com este relacionadas. A Ciência da Informação, só mais recentemente estendeu os seus estudos interdisciplinares à Museologia, e assim, é possível justificar o seu estudo numa visão inter e transdisciplinar, no sentido de tentar que esses diferentes saberes, com seus instrumentos, métodos e corpo teórico, contribuam para o entendimento das diversas possibilidades de informação e de pesquisa que os objetos etnográficos podem gerar em ambiente de museu.

A Antropologia sempre mostrou interesse pelo estudo do objeto etnográfico. No corpo teórico desta disciplina, este objeto interessa de perto à Antropologia Social ou Cultural, na medida em que esta procura uma:

Explicação histórica da forma e distribuição dos costumes humanos, artefactos, instituições actualmente existentes ou recentemente descritas [...] [e] explicações funcional e psicológica da inter-dependência dos conjuntos de costumes, artefactos e instituições directamente observados. Explicações teóricas dos processos de mudança e do desenvolvimento social actualmente observados. Estudo comparado dos sistemas económicos e jurídicos

*Mestre em Ciência da Informação. UFF/IBICT. Museu Paraense Emílio Goeldi, MPEG. E-mail: abenchimol@museu-goeldi.br

**Doutora em Comunicação e Cultura, UFRJ. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT. E-mail: lenavania@ibict.br

contemporâneos. Estudo dos mitos, rituais e ideologias religiosas. (ENCICLOPÉDIA..., 1985, p. 38).

Nessa direção, a Antropologia, ciência do homem, engloba um “conjunto de disciplinas subsidiárias vagamente relacionadas, com interesses afins e ligações entre si” (ENCICLOPÉDIA..., 1985, p. 39), abrangendo tanto temas presentes quanto pretéritos, “servindo-se assim de dados e conceitos próprios de diversas outras ciências como a arqueologia, etnologia, etnografia, lingüística, sociologia, economia, etc.” (HOUAISS, 2001), mostrando-se um fértil campo interdisciplinar.

O objeto etnográfico interessa também diretamente à História, visto que, a esta, dois tipos de materiais de memória são aplicados: os documentos e os monumentos. Esses são considerados herança do passado, enquanto aqueles, uma escolha do historiador. O monumento caracteriza-se por ligar-se ao poder de perpetuação das sociedades históricas, apresentando-se como um sinal do passado (LE GOFF, 1992). Monumento é “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos, enquanto os documentos afirmam-se essencialmente como um testemunho escrito” (LE GOFF, 1992, p. 535-536).

Dessa forma, quando a acepção de documento referia-se apenas a texto escrito, como base do fundamento histórico, Fustel de Coulanges, ciente do limite dessa definição, pronuncia, em uma Lição na Universidade de Estrasburgo, o seguinte discurso:

Onde faltam os monumentos escritos, deve a História demandar às línguas mortas os seus segredos [...] Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação [...] Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a História (FUSTEL DE COULANGES, 1862 apud LE GOFF, 1992, p. 539).

Entretanto, vale alertar: “no estudo desse tipo de objeto [etnográfico] é necessário ter cautela para que não haja uma hiperhistorização da coleta e do coletor, em detrimento da própria história dos produtores” (VELTHEM, 2005, p. 73). Essa valorização da história, do pensamento e da voz das sociedades produtoras dos objetos etnográficos é uma discussão recorrente entre alguns antropólogos e indica possibilidades diferentes na forma de documentar e de montar exposições em museus que abrigam coleções etnográficas.

Considerando ainda que o objeto etnográfico, para ter tal status, precisa ser conservado e guardado numa Instituição museal (SAVARY, 1988, 1989), a Museologia também foca seus estudos sobre ele, já que desde sua gênese, os museus foram os grandes receptáculos desses objetos.

Há ainda estudos, nos quais o objeto etnográfico pode ser “vetor de comunicação” (MOLES; BAUDRILLARD apud LIMA, 1997, p. 206) e, como tal, exercer “poder de comunicação, atuando ao modo de um condutor, sendo definido como veículo de mensagens que são trocadas entre o meio social e os indivíduos” (LIMA, 1997, p. 206). Nesse caso, há clareza de que, sob a ótica da Ciência da Informação, é viável estudar esse objeto, pois, se comunica e transmite informação, é de interesse para esta disciplina. Belkin e Robertson (1976), estudiosos da Ciência da Informação limitam o estudo desta ao contexto específico da comunicação humana, ou seja, a transferência da informação desejada se daria do humano para o humano (transmissor humano e receptor humano).

Nessa perspectiva, o objeto etnográfico já nasceu interdisciplinar, pois para que não seja compreendido de uma forma fragmentada, caracteriza-se pelo intercâmbio entre as disciplinas afins e busca a interação entre as mesmas. Considerando a definição de interdisciplinaridade, “esta interação pode ir da simples comunicação das idéias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa” (JAPIASSU; MARCONDES, 2006, p. 150).

Importa, então, apresentar as definições de documento e informação, direcionadas, todavia, ao contexto da Documentação e da Informação museológica, para que a partir daí, o objeto etnográfico possa ser melhor compreendido como fonte de informação.

Esta comunicação tem por objetivo analisar os conceitos de documento e informação para a compreensão dos atributos e funções do objeto etnográfico, no processo de disseminação e transferência de Informação e na configuração interdisciplinar de Ciência da Informação e Museologia.

Esta pesquisa, de natureza teórica e documental é parte da dissertação de mestrado concluída e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT-UFF.¹

2 PARA COMPREENDER O OBJETO ETNOGRÁFICO COMO DOCUMENTO PORTADOR DE INFORMAÇÃO

¹ BENCHIMOL, Alegria. *Informação e objeto etnográfico: percurso interdisciplinar no Museu Paraense Emílio Goeldi*, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

A ampliação do significado do vocábulo documento, no decorrer do tempo, permitiu que se caracterizasse como tal, vários tipos de objetos, e entre eles os museológicos.

2.1 Documentos: conceitos e contextos

Os dois dicionários mais conhecidos da Língua Portuguesa apontam o termo documento em acepções convergentes, isto é, qualquer anotação que se possa consultar, a fim de esclarecer, provar ou comprovar algum fato ou acontecimento. Segundo Houaiss (2001), documento é “qualquer escrito usado para esclarecer determinada coisa; atestado escrito que sirva de prova ou testemunho; qualquer registro escrito”. Compartilhando do mesmo pensamento, Ferreira (2004) afirma que o vocábulo significa “qualquer base de conhecimento, fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar para consulta, estudo ou prova”.

Os autores supracitados preservam, em suas definições, a gênese etimológica do termo documento, mas, principalmente, destacam como característica a materialidade, ou seja, o registro escrito.

Num dicionário especializado, a etimologia do vocábulo documento significa “título ou diploma que serve de prova; declaração escrita para servir de prova” (CUNHA, 2007). O termo é oriundo do latim *documentum*, de *docere*, que remete a ensinar, mostrar, informar. Segundo Le Goff (1992), o significado do termo evoluiu de ‘ensinar’ para ‘provar’ e é usado freqüentemente no vocabulário judiciário, todavia, apenas no século XIX, o sentido de ‘testemunho’ é utilizado. No final daquele século e início do século XX, o termo documento afirma-se essencialmente como ‘testemunho escrito’ e será o fundamento do fato histórico, numa visão positivista da História.

Na contramão desse pensamento, Fustel de Coulanges (1862 apud LE GOFF, 1992). demonstra visão mais ampla do que se aceita como documento até então, quando afirma que a História precisa buscar fundamentos não apenas no que está registrado, mas também em fábulas, sonhos e em qualquer marca da vida e da inteligência humana. O autor revelou-se um homem além do seu tempo, pois, à sua época, vigia a idéia positivista que os documentos válidos como fundamentos para a História eram apenas os oficiais e escritos. “Não há história sem documentos”, afirma Saraman (1961 apud LE GOFF, 1992, p. 540), entretanto, “há que se tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.

Com o advento da História Nova, cujas bases se encontram no lançamento da revista *Annales d' histoire économique et sociale*, em 1929, houve uma subversão de alguns

princípios norteadores não só no domínio da História, como também no âmbito das outras Ciências Humanas ou Sociais. Esse movimento nasceu em reação à História Positivista e pregava uma História calcada “para além de barreiras apenas disciplinares” (LE GOFF, 1990, p. 29). No que se refere à Documentação, a História Nova ampliou o significado de documento histórico, na medida em que:

Substituiu uma História fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma História baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. (LE GOFF, 1990, p. 28).

Essa visão mais ampla sobre documento, consoante com a de Fustel de Coulanges, é compartilhada por Paul Otlet, estudioso belga da Documentação, que definiu documento em bases mais abrangentes e adotou o termo livro para englobar todas as espécies de documento. Diz Otlet:

[Documento] compreende não somente o livro, manuscrito ou impresso, mas revistas, jornais e reproduções gráficas de todas as espécies, desenhos, gravuras, cartas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. A documentação, no sentido amplo do termo compreende: livros, elementos que servem para indicar ou reproduzir um pensamento, considerado sob qualquer forma (OTLET, 1934, p. 9).

Em outro trecho de sua obra, o autor afirma que “[Documento] em seu conjunto, constitui a memória materializada da humanidade. [...] e é o receptáculo e o veículo de transmissão de idéia” (OTLET, 1934, p. 43). Para o autor, paralelamente aos documentos impressos ou escritos “há uma montanha de documentos de toda espécie que não foram publicados ou não são destinados a sê-lo”. A partir da afirmação anterior, fica claro que para “o homem que queria classificar o mundo” – expressão utilizada para designar Paul Otlet e que também nomeou o filme sobre a sua vida – os objetos de uma maneira geral são considerados documentos. O autor admite, de acordo com esse estudo, a possibilidade de que haja documentos de outra ordem, que não sejam apenas os escritos e também plantados sobre outro suporte que não o papel.

Nesse caminho, Rendón Rojas (1999, p. 34), filósofo e pesquisador da Ciência da Informação, considera o documento como a objetivação do pensamento e sustenta que ele pode se apresentar impresso, digitalizado ou em qualquer outro suporte. Dessa forma, ao considerar o objeto museológico e, conseqüentemente, o objeto etnográfico como documento e portador de informações, entendemos que essas informações precisam ser organizadas para que, de alguma forma, possam contribuir para a necessidade maior do homem que é dar à vida e ao universo um sentido.

2.2 Informação e informação museológica

Na literatura da Ciência da Informação, encontramos algumas acepções do termo informação. Entretanto, priorizamos aquelas voltadas para a modificação de estruturas e processos cognitivos, relacionadas ao universo humano e que tragam, em sua essência, o sentido de ordem e organização, considerando sua aplicação na área museológica.

Na década de 1970, Belkin e Robertson, pensadores norte-americanos, afirmavam que a Ciência da Informação ocupava-se apenas da informação no contexto da comunicação humana e que a transferência da informação desejada dar-se-ia entre o gerador e o usuário humanos. Nessa perspectiva, estes pesquisadores propõem uma análise do que eles denominaram de espectro da informação, fundamentada na categoria *estrutura*, e como, segundo eles, num certo sentido, tudo tem estrutura, a premissa adotada teria aplicabilidade universal. Os referidos estudiosos procuraram a noção básica do vocábulo informação e concluíram que a idéia comum para a maioria dos usos da informação seria a transformação de estruturas. Em síntese, os autores entendem como estrutura “uma imagem que o organismo tem dele próprio e do mundo” e como informação, “aquilo que é capaz de transformar essa estrutura.” (BELKIN; ROBERTSON, 1976, p. 198-200)

Duas décadas depois, seguindo premissas de Heidegger, o mexicano Miguel Angel Rendón Rojas (1999) sustenta que o ser humano caracteriza-se pela permanente realização do seu ser e, dessa forma, necessita de um projeto para sua existência e para executá-lo, um dos instrumentos que lança mão é a cultura, conservada e transmitida em documentos.

Baseado no filósofo alemão, Rendón Rojas pontua que a Ciência da Informação, entre outros objetivos, visa a colocar à disposição dos usuários os acervos documentais, contribuindo assim para o autoconhecimento do ser e para que este não perca sua própria essência.

Dentre as diferentes necessidades peculiares à natureza humana, das mais simples às mais complexas, encontramos aquelas de caráter fisiológico, afetivo, emocional etc. Entretanto, para efeito deste trabalho interessam àquelas que dizem respeito mais de perto à Ciência da Informação, isto é, as necessidades de informação documental, justificadas pelo fato de o homem ser um ser social (Tomás de Aquino); um ser histórico (Heidegger); um ser político (Aristóteles); um ser econômico (Marx); um ser simbólico (Cassirer) e um ser que dialoga (Habermas) (RÉNDON ROJAS, 1999, p. 36). Tais características condicionam o homem para que ele busque a informação documental.

Para se obter informação, afirma Rendón Rojas (1999), é necessário que o sujeito realize uma síntese dos dados que recebe, estruturando-os por meio de ferramentas bio-psicogenéticas. O esforço mental do sujeito para que a informação se construa é fundamental nesse processo. Sem essa atividade mental não existe informação, pois esta é do sujeito e para o sujeito.

O que há em comum nos pressupostos de Belkin e Robertson (1976, p. 198) e de Rendón Rojas (1999, p. 34) é o encontro, via comunicação humana, do fenômeno Informação, portanto, os autores estão de acordo que sem diálogo (um emissor e seu interlocutor) não há informação e esta, ao ser repassada se dá entre humanos.

A convergência de pensamento entre os referidos autores engloba ainda outros aspectos relevantes para clarificar a Ciência da Informação e seu objeto de estudo. A Ciência da Informação, para os citados autores, tem como propósito facilitar a comunicação da informação entre os seres humanos, colocando à sua disposição os acervos documentários e contribuindo, assim, para que o homem se conheça melhor e não fique alheio ao mundo que o circunda. A informação pressupõe atividade mental e modifica estruturas. (BELKIN; ROBERTSON, 1976, p. 198; RENDÓN ROJAS, 1999, p. 34). Os pressupostos teóricos desses estudiosos levam a crer que informação, para firmar-se enquanto tal caminha lado a lado com o princípio da ordem, da organização, para torná-la passível de ser acessada e utilizada.

Essa idéia de Informação convergindo para o princípio da ordem e capaz de mudar estruturas, apresentada pelos autores norte-americanos e pelo mexicano, coaduna-se com as idéias de um pensador do leste europeu da década de 1970.

Na visão filosófica de Jiri Zeman (1970, p. 156), informação, em geral, significa ordenar alguma coisa. Em outras palavras, este vocábulo pode ser entendido como “a colocação de alguns elementos ou partes - sejam materiais ou não materiais - em alguma forma, em algum sistema classificado [...].”.

O autor trabalha, inicialmente, com a fórmula termodinâmica “entropia”, a qual exprime a idéia que tudo tende ao caos, no estado natural. Num contraponto a esse pensamento, o teórico europeu desenvolve o conceito de “entropia negativa”, cujo princípio, contrariamente ao anterior, busca uma ordem, uma organização, uma evolução.

A informação, para este autor, exprime a organização de um sistema que pode ser descrito não só matematicamente, mas também filosoficamente, na medida em que a informação não é só uma medida de organização, é também a organização em si, ligada ao princípio da ordem. Nesse sentido:

Um objeto material determina suas qualidades relativas ao espaço, ao tempo e ao movimento, mas igualmente as qualidades de sua organização, sua qualidade que se manifesta como entropia negativa, como informação. (ZEMAN, 1970, p. 157)

A noção de informação de Zeman baseia-se na discussão da Filosofia sobre as concepções materialista e idealista, cujos princípios privilegiam a matéria ou o pensamento. O autor acredita que o materialismo dialético de Marx conseguiu unir o princípio material ao princípio ideal através da prática social. A informação não pode ser reduzida apenas à sua matéria, assim como também não pode ser abordada, como princípio particular dela independente. Qualquer raciocínio nessa direção representaria apenas um lado da questão. Segundo Zeman, a realidade é mais rica e complexa do que a consideram as correntes materialista e idealista, e o conceito de informação, por conseguinte, também ultrapassa a forma como essas correntes o compreendem. (ZEMAN, 1970, p. 158-159)

A informação ainda tem a característica de se imprimir no organismo e levar a mudanças na sua organização, na sua estrutura, o que Zeman definiu como aspectos gnoseológico e ontológico da Informação, ou seja, a informação leva à reflexão sobre a origem, natureza e limites do ato cognitivo, bem como sobre as propriedades mais gerais do ser.

Em síntese, pelo que foi exposto, no que se refere ao conceito de informação, é possível inferir que o pensamento americano e o europeu convergem em alguns pontos relevantes, a saber: a informação é regida pelo princípio da ordem, modifica estruturas, operacionaliza-se no contexto da comunicação humana e sua transferência ocorre de um humano para outro humano.

Este vocábulo, oriundo do latim *informare*, *formatio* ou *forma*, é um termo que apresenta múltiplos sentidos e

Por ser objeto de estudo da Ciência da Informação permeia os conceitos e definições da área. E, embora informação não possa ser definida nem medida, o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação, aspectos contidos na definição de Ciência da Informação (PINHEIRO, 2004, p. 2).

Na área da Museologia, as idéias de Pinheiro, citadas acima, encontram eco no pensamento de estudiosos dedicados a esse tema que vêm na geração, transferência e uso da informação, características indispensáveis para um bom sistema de documentação museológica. Um desses autores afirma que os museus são instituições estreitamente ligadas à informação de que são portadores os objetos de suas coleções. E que estes objetos, quando vistos como

veículos de informação, “têm na conservação e na documentação as bases para transformar-se em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações” (FERREZ, 1994, p. 65).

A Informação em museus é um elo possível entre a Ciência da Informação e a Museologia (LIMA, 2003) que, através da documentação museológica e da disseminação da informação de seus acervos, estabelecem interlocução entre si. Os parâmetros dessa relação vêm sendo estudados desde 1975 e ainda não foram esgotados, como bem aponta Lima (2003), em sua tese, na qual traça um panorama do percurso do diálogo entre as duas disciplinas através do pensamento de autores da área da Ciência da Informação e em espaços não específicos de profissionais de museus.

Em suas conclusões, a grande maioria dos autores converge para o reconhecimento da relação entre as duas disciplinas (LIMA, 2003). Na realidade, é a informação em museus que marca o diálogo entre as duas disciplinas, sobretudo e em especial na informação referente tanto às coleções armazenadas, como expostas, representadas e/ou citadas em edições (LIMA; COSTA, 2007). Para esses autores:

A informação em museus circula e é transmitida em variados espaços e canais tais como: exposições [...]; bibliotecas, arquivos, centros de documentação/informação (serviços de informação em museus), como também outros meios como bases de dados de coleções [...]; edições sobre diversos suportes apresentadas sob formas textuais, imagéticas e sonoras (LIMA; COSTA, 2007, p. 3).

Dito isto, podemos olhar em direção a um outro aspecto diretamente relacionado com o que foi exposto acima: a compreensão dos atributos e funções de um objeto etnográfico em ambiente museológico, no processo de disseminação e transferência da informação na configuração interdisciplinar da Ciência da informação com a Museologia. Nesta concepção, não podemos fugir do princípio da ordem e da classificação, também não podemos perder de vista que as informações são organizadas por humanos e para outros humanos, além do que essas informações, ao serem transmitidas e transferidas têm a capacidade de modificar estruturas, impedir a alienação do homem ao meio que o circunda, fazendo com que nele se reconheça e possa executar seu projeto existencial, como pregou Heidegger, no início do século XX.

3 OBJETO ETNOGRÁFICO

A história nos indica que o objeto etnográfico se consolidou como tal e assumiu a importância que tem hoje quando saiu de seu contexto particular e passou a ser abrigado e conservado na instituição museu, formando, assim, as chamadas coleções etnográficas.

O objeto etnográfico, entretanto, tem algumas características peculiares, além do fato de ser abrigado e conservado em museu etnográfico. Para entender melhor esse objeto, é preciso considerar que é produzido pelo homem em um contexto específico e refere-se a uma sociedade humana particular (SAVARY, 1988, 1989).

Tecendo considerações sobre as diferenças entre um objeto industrial e um objeto etnográfico, Savary (1988, 1989) afirma que este é resultado de um trabalho artesanal, no qual o homem tem um papel primordial do início ao fim no processo de fabricação e que; a sua produção é modesta, mas mesmo quando fabricados em série, não são idênticos uns aos outros; e os materiais utilizados na sua confecção são de origem local e, através de sua forma ou de sua decoração particular, esses objetos revelam uma identidade étnica, geral ou particular, da sociedade na qual estão inseridos.

Entre a Museologia e esses objetos há uma relação bem próxima, visto que, desde sua gênese, os museus, conforme ressaltamos no começo desta comunicação, foram seus grandes receptáculos, para abrigar, conservar ou também para estudar, classificar ou colocar em exposição os objetos etnográficos.

No momento inicial, os museus foram os grandes interlocutores da Antropologia, pois as universidades existentes no país ainda não haviam incorporado campos do conhecimento tais como a Antropologia, a Sociologia e a Museologia entre outros. Nesse sentido, “os museus de ciência abrigavam as coleções de objetos, mas por trás de cada objeto havia um cientista que coletava, observava, classificava e por fim exibia suas coleções” (ABREU, 2007, p. 142). Um fato importante a ressaltar é que nas primeiras pesquisas antropológicas os povos estudados, as sociedades produtoras dos objetos coletados não tinham voz. Eram “configurados como ‘outros passivos’ de um discurso científico” (ABREU, 2007, p. 142).

Ainda sobre a relação entre Antropologia e museu, segundo Abreu (2007), este antecede aquela como área de conhecimento e campo reflexivo, mas torna-se campo fértil para a implantação, desenvolvimento e consolidação da disciplina na qualidade de ciência no século XIX:

Para a antropologia em seus primórdios, estudar povos exóticos, pouco conhecidos, implicava em formar coleções de estudo. Os primeiros antropólogos dedicaram-se a colecionar as culturas que estudavam, como observou James Clifford, pois os objetos retirados de seus contextos de origem representavam as provas vivas e materiais da existência de culturas

distantes e pouco conhecidas que passavam a constituir o objeto de estudo dos antropólogos (ABREU, 2007, p. 141).

No Brasil, um fato que estreita novamente os laços entre Antropologia e museu é o surgimento do Museu do Índio, em 1953. Pouco antes (1948), na França, Paul Rivet declara que o único mecanismo capaz de fazer frente ao obscurantismo que havia levado à Segunda Guerra era a equação que unia a Antropologia e a instituição museológica (ABREU, 2007). Nessa nova concepção, os ‘outros passivos’ ganham voz e os museus passam a ouvir, além de curadores, documentalistas e pesquisadores, os próprios produtores dos objetos coletados, seja para montar exposições com esses objetos, seja para restaurá-los ou mesmo para documentá-los.

Algumas autoras apontam, atualmente, os museus etnográficos como agentes fundamentais na implantação de uma política favorável ao diálogo intercultural, rompendo antigos padrões estabelecidos pelos museus desde suas origens. Na visão de Gallois (1989 apud VELTHEM, 2005), os museus não devem limitar-se à preservação material, e sim se abrir para considerar as dimensões sociopolíticas dessa preservação. Posição compatível assume Velthem (2005), quando sustenta que as coleções etnográficas contribuiriam efetivamente para as demandas indígenas de valorizar e preservar o patrimônio cultural, se fossem revestidas de um novo papel, no qual a “presença do outro”, por meio de seus bens materiais, fosse uma prática rotineira.

As duas autoras insistem que os museus devem atentar para o seu papel político e social com relação às sociedades produtoras, na medida em que os objetos por eles produzidos possuem uma “relação de continuidade com as culturas de origem” (VELTHEM, 2005, p. 75). Dessa forma:

O estudo dos acervos museológicos não pode negligenciar o papel político das coleções etnográficas para os grupos indígenas que as produziram. Trata-se de uma “nova coleta” ou “recontextualização”, como sugere Nason, na qual os indivíduos confrontados com objetos provenientes de sua etnia, reunidos sob forma de coleção museológica, protagonizam um encontro específico em que se misturam a história familiar e a memória étnica (RIBEIRO; VELTHEM, 1992, p. 108).

Amadurecendo essa idéia, em artigo mais recente, uma das autoras afirma que a

Documentação de coleções etnográficas chegou a uma encruzilhada em que não lhe é mais facultado repousar exclusivamente nos métodos e na metodologia até então adotada. [...] a documentação deve visar e se embasar nos propósitos dos produtores das coleções que estão em jogo, fazendo-o através de uma abordagem integrada, cruzando em um quadro coerente as dimensões históricas, políticas, estéticas e simbólicas. (VELTHEM, 2005, p. 75).

Para Velthem (2008. Entrevista), os museus precisam se preparar para trabalhar para e com os povos indígenas. Na sua concepção, a palavra correta a ser usada é acessibilidade e isso significa, em primeiro lugar, que os povos indígenas precisam saber da existência de museus, alguns possuindo objetos originários das comunidades indígenas; além disso, é necessário permitir que os índios tenham acesso físico a esses objetos; e, finalmente, faz-se mister elaborar projetos específicos sobre os objetos com essa temática.

Em estudo sobre a relação entre Antropologia e museu na contemporaneidade, Dias (2007, p. 128-129) enfoca um aspecto interessante no que diz respeito às nomenclaturas dos museus. De acordo com a autora, “desde sua fundação, nos finais do século XVIII, os museus estiveram estritamente ligados a saberes disciplinares”. E assim aparecem os Museus de Arte, Museus de História, Museus Etnográficos, entre outros. Esse modelo vinculado a um saber específico vigora até meados do século XX, quando na Europa surgem os ecomuseus, que representam um dos primeiros cortes dessa relação museu-disciplina estabelecendo de um lado a pluridisciplinaridade e, de outro, a ampliação da noção de objeto de museu (DIAS, 2007, p. 128-129).

4 OBJETO ETNOGRÁFICO, DOCUMENTO E INFORMAÇÃO

Um documento, afirma Rendón Rojas (1999), serve de instrumento de autoconhecimento do homem e de seu desenvolvimento. Tal assertiva converge para o que é sustentado por outras ciências sociais e aplicadas, cujos autores pensam o objeto etnográfico constituído em “objeto documento” ou “objeto testemunho”, quando inserido num ambiente de museu.

Segundo o autor mexicano, “o documento é o suporte que contém a informação” e, partindo do pressuposto que tudo pode se tornar documento, como estrelas, plantas, átomos, cestos, entre outros, distingue três níveis nos objetos: o primeiro diz respeito ao objeto por si mesmo; o segundo refere-se aos especialistas responsáveis por informações específicas de suas áreas de atuação; e o terceiro se dá quando esse objeto, depois de ter sido estudado e suas informações fornecidas pelo profissional da área específica, é transmitido a um especialista da informação documental, para que, apenas a partir de então, esse documento seja por ele trabalhado.

Se tomarmos como exemplo uma indumentária de penas oriunda do Alto Rio Negro, no primeiro estágio diríamos que é um objeto usado para enfeitar a cabeça; no segundo nível, seria objeto de estudo para especialistas de uma área específica. Seguindo o exemplo, o índio

que produz e utiliza esse objeto assim se manifesta: “os adornos indígenas [...] foram criados pelo Deus Trovão [...] e representam riqueza, vida, alegria [...]” (AGUIAR, 2008); um antropólogo, estudioso do tema, informa que “esse ornamento é confeccionado e utilizado pelos homens casados e por jovens solteiros em cerimônias e danças rituais” (VELTHEM, 2008) ou descreve uma cena em que os objetos são usados: “[...] na cabeça amarrou-se uma larga faixa de penas amarelas e vermelhas de araracanga, embainhadas de penugens brancas do urubutinga” [...] (KOCH-GRÜNBERG, 1905² apud VELTHEM, 2008). São informações adquiridas pela vivência, no caso do índio, e por meio de pesquisas e observações, segundo especialistas no assunto.

O objeto etnográfico em questão é compreendido como documento e é uma ilustração importante para que se demonstre a informação, como um processo desde sua geração até o seu uso por quem dela necessite. São objetos

[...] portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que nos falam de que são feitos, para que foram feitos, quem os fez, quando e onde, como foram usados, que significado tinham, quem os usou, a quem pertenceram (FERREZ, 2004, p. 229).

Um documento só é considerado documento no campo informacional (da Ciência da Informação) quando é manuseado, analisado e colocado em certas estruturas pelos diferentes sujeitos que integram o processo de informação e comunicação. Em outras palavras, a existência do documento deve-se não apenas ao autor que objetiva a informação ideal, mas também ao especialista que o analisa e interpreta, ao profissional da informação, quando numa etapa posterior trabalha com a informação objetiva para inseri-la num sistema de informação e, finalmente, ao usuário que ao estudá-la pode transformá-la em conhecimento e reiniciar o ciclo da produção, comunicação, transferência e uso da informação. Assim, a evolução na linha do tempo do conceito de documento para um sentido mais abrangente permitiu compreender, de maneira mais clara, que os objetos etnográficos podem ser documentos e portadores de informações.

ETHNOGRAPHIC OBJECTS AS DOCUMENT AND INFORMATION

ABSTRACT

Analysis of the concepts of document and information to understand the attributes and functions of the ethnographic object in the process of dissemination and transfer of

² Livro traduzido pelo Padre Casemiro em 1995.

information, characterizing it as a document carrier of information from the theoretical foundation of Information Science. The research, theoretical-documentary, shows the evolution of the concept of document and its expansion into a wider meaning, permitting thereby to understand the ethnographic object as a document carrier of intrinsic and extrinsic information.

Keywords: Information Science. Museology. Ethnographic Object. Document. Information.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Tal Antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2007.

AGUIAR, Luis. Os adornos indígenas do Rio Negro. In: **BASÁ Busá: ornamentos de dança**. Brasília : MinC (IPHAN); FOIRN; ISA, 2008. Folder.

BELKIN, Nicholas; ROBERTSON, Stephen. Information Science and phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, p. 197-204, jul./ago. 1976.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

DIAS, Nélia. Antropologia e museus: que tipo de diálogo? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2007.

ENCICLOPÉDIA Einaudi Antrhopos - Homem. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. V. 5, p. 37-40.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico**. Versão 5.11. Curitiba: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio: estudos de Museologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 65-74, 1994.

_____. Salvaguarda museológica: principais problemas. In: **SEMINÁRIOS DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA**, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar**: informação em arte, um novo campo do saber. 2003. 358 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003. Orientadora: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

_____. Social memory and museum institution: thinking about the (re)interpretation of cultural heritage. In: ANNUAL CONFERENCE OF ICOM; 19, 1997. Rio de Janeiro. *Annals...* Paris: ICOFOM; ICOM, 1997. p. 202-211.

_____. COSTA, Igor. Ciência da informação e museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos: subsídio à linguagem documental. In: CIFORM, 7, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre, théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. **Morpheus**: revista eletrônica em Ciências Humanas: conhecimento e sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero04-2004/lpinheiro.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. Cuestiones epistemológicas de la ciencia bibliotecológica y de la Information. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 31-37, jul./dez. 1999.

RIBEIRO, Berta G.; VELTHEM, Lucia Hussak van. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SAVARY, Claude. L' objet ethnographique: moyen de connaissance des cultures? **Bulletin Annuel Musée d'Ethnographie de Genève**, Genève, n. 31/32, p. 65-80, 1988/1989.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Os ornamentos de dança: uma apresentação. In: **BASÁ Busa**: ornamentos de dança. Brasília: MinC (IPHAN); FOIRN; ISA, 2008. Folder.

_____. Objetos etnográficos: coleções e museus. In: SEMINÁRIO PATRIMÔNIO CULTURAL E PROPRIEDADE INTELECTUAL: proteção do conhecimento e das expressões culturais tradicionais, 2005, Belém. **Anais...** Belém: CESUPA; MPEG, 2005.

ZEMAN, Jiri. Significado filosófico da noção de informação. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. (Cahiers de Royaumont).